

## ADINA MERA E SEUS ARTIGOS NA REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL: 1960-1970

José Francisco Bernardino Freitas,  
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU), Universidade Federal do  
Espírito Santo (UFES), E-mail: [jfbfreitas@gmail.com](mailto:jfbfreitas@gmail.com)  
Caio Muniz Nunes, Departamento de Arquitetura e Urbanismo (ARQ), Universidade Federal  
do Espírito Santo (UFES), Email: [caiomn@outlook.com](mailto:caiomn@outlook.com)

### INTRODUÇÃO

Em meados de 1951, chega ao Rio de Janeiro, originária de Paris, a engenheira industrial argentina Lorenza Adina Mera. A escolha pelo Brasil deveu-se a um aconselhamento médico que indicava que Mera poderia não suportar o severo inverno europeu, haja vista as sequelas de uma meningite da qual havia se recuperado (Schwab, 2007; Freire, 2008). A primeira engenheira industrial argentina graduou-se pela Universidade Nacional de Buenos Aires na Argentina no ano de 1945 (UNBA, 1945) e, em inícios de 1947, segue para a Europa onde, em sua estada, vive no mesmo prédio – Casa da Argentina – na Cidade Universitária com a amiga brasileira Henda Freire responsável por sua vinda ao País (Freire, 2008).

No Brasil, Mera ingressa na primeira turma do Curso de Urbanismo da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil (FNA-UB) – atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Conclui seus estudos de pós-graduação na turma de 1955 e obtém, posteriormente, pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro (CREA-RJ), concessão para trabalhar como urbanista.

Mera circulava à vontade no mundo da elite carioca. Oliveira (2008) e Nicolaeff (2008), em contextualização desses tempos, lembram que a elite administrativa se confundia com a elite profissional, cultural, social, econômica e política. Mera havia desenvolvido uma relação profissional sólida com Hélio Modesto, arquiteto carioca de forte atuação e relações políticas e profissionais à época.<sup>1</sup> Teve, assim, a oportunidade de conhecer e trabalhar com Roberto Burle Marx, Afonso Eduardo Reidy, seus professores no Curso de Urbanismo, da mesma forma que urbanistas do círculo de amigos de Lucio Costa e Oscar Niemeyer.

No ano de 1965, passa a coordenar um dos três mais importantes cursos de pós-graduação oferecidos pela Escola Nacional de Serviços Urbanos (ENSUR) do Instituto

---

<sup>1</sup> Modesto, H. Mera, A. Rios, J. A. *et al.* (1969) *Plano Diretor da Cidade de Fortaleza* Prefeitura Municipal de Fortaleza: Fortaleza.

Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) no Rio de Janeiro: o Curso de Metodologia do Urbanismo e de Administração Municipal (CEMUAM), posteriormente renomeando Curso de Metodologia e Projetos de Desenvolvimento Urbano.

O livro intitulado *Condições de vida e planejamento físico*, de Francisco Whitaker Ferreira, de 1966, comissionado pelo IBAM, por intermédio de seu diretor presidente, Diogo Lordello de Melo, foi encomendado com o propósito de subsidiar metodologicamente o CEMUAM (Ferreira, 2013). Ferreira foi um dos professores da primeira edição do CEMUAM em 1965 e indica que seu contato com a urbanista foi episódico e que Lordello talvez nunca tivesse tido a intenção de convidá-lo a coordenar o curso. Nesse contexto, supõe que a indicação de Adina Mera tenha aparecido como um nome seguro, haja vista o período de exceção e de comando do País pelas Forças Armadas. Argumenta ainda que a provável afinidade de Mera às ideias preconizadas pelo Movimento Economia e Humanismo pode ter se dado por sua estreita relação com o engenheiro e urbanista pernambucano Antônio Bezerra Baltar com quem costumava trocar correspondência e confidências profissionais (Mera, 1967). Adicionalmente Mera e Clementina de D'Ambrosis também mantinham relação profissional e esta última esteve em estágio no Institut de Recherche et de Formation en vue du Développement Harmonisé (IRFED) em 1959 (Angelo, 2010).

O livro de Ferreira (1966) introduz como conceito básico a organização do espaço físico, como o processo de transformação da paisagem natural em uma paisagem cultural mais propícia às atividades e necessidades humanas. De acordo com Ferreira (1966), para o Movimento Economia e Humanismo (MEH), desenvolvimento é um processo contínuo de passagem de uma população do nível de existência em que se encontra para um nível mais humano, que permita a realização mais plena de suas potencialidades, segundo a concepção de homem que a comunidade adote. As condições de desenvolvimento devem ser hierarquizadas de acordo com a realidade da população estudada para que gradativamente progrida de condições básicas ou fundamentais, de conforto ou comodidade até a condição de superação, correspondente ao nível cultural mais elevado de consciência social e pessoal. Esse enfoque tinha por objetivo que o processo de desenvolvimento resultasse em equilíbrio entre os níveis existentes naquela realidade, por meio de melhoras gradativas. Como resultado, o desenvolvimento deve ser entendido como integral e harmônico e não se aplica a situações em que é feito à custa de uma comunidade ou para uma minoria (Ferreira, 1966). Além disso, aponta que elevados níveis materiais de existência não podem ser comparados com desenvolvimento, em especial se os demais níveis não se elevarem em equilíbrio com estes.

Em suma, para o autor, a humanidade deve adotar, como objetivo das transformações da realidade existente, a elevação permanente nos níveis de vida das populações, assimilada a essa noção de desenvolvimento. Nas palavras de Ferreira (1966, p. 16): “[...] significa portanto um processo de promoção humana, enquanto abertura, a cada vez maior número de homens, da possibilidade de uma plena realização de tôdas as suas dimensões [...] no sentido do crescimento e do equilíbrio”. Ademais, o processo deve se dar o mais rápido possível e conseguido com o mínimo custo social e econômico, respeitando a livre adesão de cada membro da comunidade. Para Ferreira (1966), para que a elevação nos níveis de vida seja possível, é necessário planejamento, em nível macro e/ou micro, partindo de uma visão unificada da situação em que se encontram as condições de vida da população a ser atendida.

Esses parecem ter sido os ideais de Mera absorvidos em sua coordenação do CEMUAM. Nesse, o livro de Ferreira (1966) assume destaque por oferecer proposta metodológica derivada da ideologia do MEH, também utilizada e difundida pelo grupo que compunha a Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS). Vale indicar que essa sociedade trouxe para o Brasil abordagem diferenciada nos estudos e análises das cidades e em intervenções urbanas, em um momento em que a disciplina urbanismo ganha destaque no cenário nacional.

Durante seu período no IBAM, Mera se envolve em uma série de atividades e projetos de interesse do município além da coordenação do CEMUAM. Nas décadas de 1960 e de 1970, a urbanista utilizou a Revista de Administração Municipal (RAM) para a divulgação de seus trabalhos, promovendo a difusão de suas ideias e ideais entre profissionais na área de urbanismo. Este estudo trata de investigar os ideais expressos nesses trabalhos haja vista sua simpatia ao MEH.

### **OS ARTIGOS PUBLICADOS NAS RAMs E O MEH**

Por meio do conjunto de artigos publicados nas RAMs, estabeleceu-se como objetivo específico examinar a possibilidade de filiação de Mera à ideologia do Movimento, avaliando possíveis linhas gerais que norteiam as ideias também promovidas em sua coordenação nos CEMUAMs que, conforme já indicado, estão incluídas no livro de Ferreira, comissionado com o propósito específico de servir de base metodológica ao curso promovido pela ENSUR/IBAM. Assim, os artigos de Mera são examinados à luz da ideologia apregoadada e de procedimentos metodológicos desta resultante, expressos nesse livro.

Foram identificadas, na biblioteca do IBAM, seis publicações de Mera nas RAMs no período de 1963 a 1976. São elas: *O planejamento da habitação*, publicada na RAM nº 61 de 1963; *Diretrizes para o zoneamento*, incluída na RAM nº 69, datada de 1965; *Paisagem urbana e forma da cidade*, contida na RAM nº 78, veiculada em 1966; *Pesquisa para o zoneamento da Guanabara*, exposta na RAM nº 104 do ano de 1971; *Programas habitacionais de interesse social*, divulgado na RAM nº 128 de 1975; e *Os arquitetos e a política urbana*, registrada na RAM nº 139 do ano de 1976.<sup>2</sup>

Para exame dos resultados dos artigos enumerados cronologicamente acima, foi definida uma categorização segundo o tema abordado para facilitar a identificação de suas “proximidades” e/ou assimilações dos ideais e das ideias inerentes ao método proposto pelo Movimento Economia e Humanismo, expresso no livro de Ferreira (1966). Foram assim determinados três conjuntos ou categorias por assunto abordado: aqueles artigos que versam sobre o tema habitação, os que tratam de zoneamento e os demais artigos que fogem a essas duas classificações.

Na primeira categoria, encontra-se o primeiro artigo identificado, *O planejamento da habitação* (Mera, 1963),<sup>3</sup> em que Adina Mera critica as políticas habitacionais latino-americanas, mencionando as soluções simplistas adotadas pelos países. Para a urbanista, a habitação, muito além de um abrigo da família, é um instrumento de promoção e integração social e de desenvolvimento econômico, e as políticas devem se pautar nessa definição. Mera então recorre à metodologia do organismo francês “Secretaria de Missões de Urbanismo de Habitação” (SMUH) para detidamente detalhar quatro componentes de uma noção global de habitação. No primeiro dos componentes, o social, Mera aponta que no país, a despeito de o problema da falta de moradias ou moradias adequadas ser prioritariamente abordado em relação às classes de renda mais deficitárias, ele está presente em todas as classes de renda da população. No que tange ao segundo componente, a técnica, argumenta que a verdadeira habitação deve ser necessariamente constituída da casa mais os equipamentos técnicos (como luz e água) e sociais ou comunais (como comércio e escolas). Entretanto, em muitos empreendimentos de habitações populares, faltam tais equipamentos, não oferecendo condições mínimas de habitabilidade. No terceiro componente, o geográfico ou territorial, Mera

---

<sup>2</sup> Mesmo reconhecendo que alguns dos artigos assinados por Mera nas RAMs são resultantes de deliberações conjuntas, envolvendo outros participantes e instituições, entende-se que seu envolvimento direto nessas oportunidades garante sua convicção e engajamento aos ideais expressos por esses grupos, não comprometendo as conclusões aqui esboçadas. Ressalte-se ainda seu empenho em trazer a público esses resultados por meio da publicação nas RAMs, à época, periódico de importância e alcance nacional e a serviço dos interesses dos governos locais (municípios).

<sup>3</sup> Artigo resultante de conferência proferida no Curso de Planejamento Urbano e Regional para bolsistas latino-americanos, organizado pela ONU, pela direção de Assistência Técnica do Itamarati e pelo IBAM.

alega que o planejamento habitacional deve sempre se vincular aos planejamentos econômico e urbano das regiões e cidades estudadas. No quarto, econômico-jurídico, a autora enfatiza a importância dos impactos econômicos gerados pela política habitacional, tanto na sua aplicação como nas perspectivas de desenvolvimento econômico. Por fim, conclui que se deve fixar um padrão mínimo de moradias com um mínimo de serviços urbanos para os grupos de rendimentos mais baixos, padrão esse que deverá ser mantido mesmo que fique além das possibilidades financeiras desse grupo.

Em *Programas habitacionais de interesse social*, (Mera, 1975)<sup>4</sup> indica, na mesma linha de raciocínio do artigo de 1963, que o sistema adotado pelos programas habitacionais do País é limitado. Enfatiza o aspecto econômico e aponta que esses programas não entendem a habitação como elemento de organização da trama urbana. Adicionalmente, os programas se mostram distantes da realidade das camadas populares, ao tentar fixá-las em locais distantes dos pontos de emprego e dos equipamentos urbanos. Como soluções nas esferas administrativas e econômicas, complementando o argumentado no artigo anterior, Mera aponta a necessidade do subsídio governamental para parte do custo das habitações; financiamentos para projetos de planejamento da estrutura urbana e destinação de recursos para garantir controle do mercado imobiliário. No aspecto social, a autora ressalta a necessidade de diversificação de faixas de renda no território, preparação dos candidatos ao programa quanto aos encargos habitacionais e estímulo aos espaços comunitários. Seu argumento mais contundente é o de que os programas devem partir das necessidades da população atendida, inclusive em relação às formas de cobrança.

Desses dois artigos de Adina Mera que versam sobre a questão habitacional no País: *O planejamento da habitação* (1963) e *Programas habitacionais de interesse social* (1975), a visão de Mera sobre a função de habitação é clara: a habitação deve ser vista como um instrumento de ascensão ou promoção social e de desenvolvimento econômico. Sobre este último, ela afirma que o desenvolvimento é demasiado complexo, no qual intervêm não só elementos econômicos, mas fundamentalmente a integração social. Essa perspectiva ampla sobre o efeito da habitação na vida do homem é corroborada por Ferreira (1966), quando este afirma que o processo de organização do espaço físico tem como objetivo elevar os níveis de vida da população, e não apenas sanar uma deficiência social. Adicionalmente esse autor indica que atingir altos níveis materiais ou econômicos não é suficiente para que o desejado

---

<sup>4</sup> Artigo produzido a partir das deliberações do Seminário sobre Programas Habitacionais de Natureza Social, ocorrido em novembro de 1974, no Guarujá (SP), do qual Mera participa como relatora e representante do IBAM.

desenvolvimento seja logrado – esse é um processo mais complexo no qual outros níveis de vida são tão importantes quanto os materiais.

A complexidade do tema da habitação é também indicada por Ferreira (1966), ao relacionar as habitações urbanas de má qualidade; a oferta insuficiente de habitações adequadas a custos acessíveis em resposta ao rápido crescimento populacional; a restrita oferta de empregos; o baixo nível de renda e de capacitação profissional; e os sistemas construtivos custosos. Como consequência, multiplicam-se habitações “improvisadas e insuficientes”. Em seu artigo sobre planejamento habitacional, Mera (1963) elenca um número de proposições a respeito desses pontos, afirmando que programas de habitação devem ser pensados em conjunto com outras políticas locais, como planos diretores, econômicos e de desenvolvimento, além da concepção de componentes jurídicos para melhorar o acesso à moradia adequada.

Ambos, Ferreira e Mera, enfatizam que a habitação não pode ser considerada separadamente. Mera (1975) pontua em diversos momentos que a casa deve ser considerada em seu relacionamento com a cidade. A tabulação cruzada proposta no livro de Ferreira (1966, p. 34-41) indica o mesmo, quando considera elementos de trama urbana como importantes condições habitacionais, como “[...] amenidade da paisagem e do ambiente visual” e “[...] proximidade dos locais de trabalho”, além do quadro de níveis de interferência, no qual a preocupação com o local de instalação das habitações se torna ainda mais evidente. No mesmo quadro, proposto por Ferreira (1966), é enumerado um conjunto de aspectos acerca dos equipamentos habitacionais, todos com elevada importância. Nas palavras de Mera (1963, p. 430):

[...] A verdadeira habitação será a casa mais os equipamentos técnicos (ex.: água, luz, iluminação, esgotos, viação, transportes) e os equipamentos sociais ou comunais (comércio, escolas, diversões ou locais de reunião, cultos, etc.). Nossa opinião é que não se deveria permitir que a casa fosse mencionada em uma política de habitação quanto não estivesse complementada por esses equipamentos [...].

A obrigação de o planejamento partir das necessidades da população local é condição fundamental de trabalho e está presente na argumentação de ambos os autores. Ferreira (1966) afirma que, na ideologia do Movimento Economia e Humanismo, o conhecimento “correto e completo” da realidade local é o primeiro passo a ser dado, anterior a qualquer intervenção. Além disso, o autor destaca a importância de um engajamento por parte da população para que o processo de desenvolvimento se desenrole. Mera (1975) afirma que desde sempre os programas habitacionais do País se encontram distantes da realidade das

camadas populares e propõe que esses programas devam necessariamente partir do conhecimento dessas realidades para que sejam calcados nas necessidades locais. Além disso, a população deve ser preparada a respeito de medidas governamentais, encargos e cobranças.

Na categoria dos artigos que abordam o tema zoneamento, inclui-se o mais didático dentre os artigos examinados de autoria da urbanista publicados nas RAMs: *Diretrizes para o zoneamento* (Mera, 1965). Nele, a autora defende o zoneamento como importante ferramenta de desenvolvimento urbano, de modo que a cidade seja dividida em conformidade com usos predominantes, e não exclusivos. Define que esse uso poderia ser “conforme”, “permissível” e “não conforme”, de acordo com a adequação da edificação à zona. Quanto mais distante do uso predominante, maiores seriam as exigências para sua instalação. Indica que o zoneamento, além de servir como ferramenta de controle do desenvolvimento urbano, possibilita também o estudo da densidade nas diferentes zonas, além de influenciar a silhueta das cidades.

Abordando esse mesmo tema, desta vez de forma mais propositiva, o artigo *Pesquisa para o zoneamento da Guanabara* (Mera, 1971)<sup>5</sup> envolve uma pesquisa realizada pela urbanista no Estado da Guanabara (atual cidade do Rio de Janeiro), a fim de promover a regulamentação de legislação urbanística específica. De início, Adina Mera reforça que o zoneamento é a ferramenta mais segura do Plano Diretor, por ser simultaneamente o promotor do desenvolvimento urbano e por permitir o controle desse desenvolvimento. Assim como no artigo anterior (Mera, 1965), defende o zoneamento de uso, destacando que uma zona não pode ser mais ocupada do que seus equipamentos permitem. A respeito da região pesquisada, foi apontada a importância do estudo da densidade da população em cada zona e a formulação de índices a partir desta, para que a regulamentação seja feita de acordo com a realidade populacional do local. Também foi indicada a importância do sistema viário como modo de integrar as diferentes zonas e da fixação das prioridades de desenvolvimento destas. Por fim, a pesquisa estabelece com o máximo de rigor técnico o nível de população a ser atingido em cada zona.

Observa-se em ambos os artigos a convicção de Adina Mera no urbanismo como ferramenta segura para o desenvolvimento urbano. Essa convicção possui forte relação com o que Ferreira (1966) indica ao definir as variáveis da organização do espaço físico. Na definição de desenvolvimento defendida pelo Movimento Economia e Humanismo e na metodologia proposta por Ferreira, a manipulação dessas variáveis é imprescindível para que

---

<sup>5</sup> Capítulos I e III do Relatório final da pesquisa coordenada por Adina Mera, apresentado em 1969 à Secretaria de Obras do Estado da Guanabara.

o trabalho com as condições de desenvolvimento seja possível. Assim, são enumeradas sete variáveis: separação ou aglutinamento dos usos; polarização dos usos; localização dos usos; dimensão dos complexos de usos; densidade da ocupação do solo; estrutura viária; e composição dos elementos construídos. Mera, em ambos os artigos, parece recorrer à possibilidade de gestão dessas variáveis para se delinear uma lei de zoneamento compatível com as possibilidades de desenvolvimento locais.

Para manipular a primeira das variáveis, a de separação ou aglutinamento dos usos, será necessário conhecer como as diferentes atividades exigem parcelas do espaço disponível e estabelecer quais usos não podem ser concomitantes ou próximos (Ferreira, 1966). A noção de usos é também enfatizada, pois, posteriormente, as áreas seriam classificadas como mais ou menos urbanas, ou mais ou menos residenciais, entre outras categorias da cidade.

A relação desse princípio com os ideais de Mera é direta, pois, em ambos os artigos, a urbanista defende o chamado zoneamento de uso (Mera, 1965, 1971) que, em última análise, funcionaria como uma forma de controlar o que é desejável se instalar em determinada área e o que não é interessante estar próximo. Sua preocupação com a aglutinação de usos é também visível quando afirma que a “[...] localização de atividades comerciais e profissionais, por exemplo – em áreas onde a concentração favoreça seu exercício e o seu funcionamento não afete outras formas de utilização dos terrenos [...] formam como que um sistema estrutural da cidade” (Mera, 1971, p. 84).

A segunda e terceira variáveis, relativas ao sistema de polarização e à localização de usos, também são presentes no discurso de Adina Mera. A segunda é considerada pelo exame da distribuição das atividades no espaço disponível, em face à influência exercida por essas atividades e à sua capacidade de atendimento de uma área maior ou menor. Já a terceira se refere à localização de atividades que eram antes definidas como carentes de espaço físico para a sua efetivação. Mera destaca nesses dois artigos o cuidado que se deve ter em relação ao desenvolvimento e alocação de atividades para uma área, pois se deve levar em conta a capacidade de atendimento de seus equipamentos urbanos (Mera, 1971). Além disso, a variável localização de usos é consequência do zoneamento da cidade, visto que ele permitirá conhecer a realidade de cada zona e identificar possíveis deficiências do espaço urbano. Neles também defende a reserva de terras, por parte da administração municipal, para locações de futuros investimentos compatíveis com as zonas específicas.

As duas variáveis seguintes são correspondentes às dimensões das diversas parcelas de usos e à densidade de ocupação do solo. Ambas se relacionam com a densidade de ocupação e a exigência espacial de cada uso, questões bastante elucidadas por Mera (1971), ao dedicar um capítulo de seu relatório para versar sobre a densidade de população e o zoneamento. Nesse capítulo, ela determina que essa densidade fosse o fator principal para analisar esses itens nas áreas estudadas, dado que as edificações do tipo residencial são as mais importantes. Assim, seria possível calcular os volumes a serem construídos; as ligações viárias a serem traçadas; a importância numérica das edificações do tipo residencial; entre outros. A manipulação dessas variáveis também se dá pela fixação de índices de aproveitamento de terrenos defendidos por Mera (1965) como ferramenta de controle da ocupação de cada zona.

Por fim, temos a variável relacionada com a estrutura viária e aquela associada à composição dos elementos construídos. Mera mostra grande preocupação em relação ao uso viário, ao elucidar a relevância do “[...] relacionamento do uso viário com os outros tipos de uso, considerando o caráter estático do esquema viário e o caráter dinâmico dos esquemas de tráfego” (Mera, 1971, p. 91). A importância dada ao uso viário pela urbanista converge com aquela proposta por Ferreira (1966), quando este afirma que existe intensa comunicabilidade entre as atividades do território e, para que esta aconteça, as redes de deslocamento deverão ser moldadas conforme a relação entre os usos. Já sobre a composição dos elementos construídos, variável ligada à tridimensionalidade dos espaços urbanos, Mera (1965) atesta que o zoneamento influencia diretamente a silhueta da cidade, com os afastamentos, gabaritos de altura, índices de ocupação e alinhamentos. Assim, o espaço urbano tridimensional deve ser pensado desde o princípio.

É digno de nota o tabelamento<sup>6</sup> realizado por Mera em seu artigo a respeito do zoneamento da Guanabara (1971). Após identificar os diferentes usos e as diferentes zonas da região, a urbanista estabelece uma tabulação cruzada e classifica os usos como admissíveis (AD), toleráveis (TO) e intoleráveis (IN). Esse é um método extremamente próximo do proposto por Ferreira em sua definição do Quadro de Condições e Interferências (1966, p. 34-41), também adotado pela abordagem metodológica utilizada dos CEMUAMs.

Vale indicar que a tridimensionalidade dos espaços urbanos que exerce influencia direta na silhueta da cidade é também tratada por Mera em artigo datado de 1966. Em

---

<sup>6</sup> Ver Anexo I – Quadro geral de usos da terra preparado para regulamentação da Lei de Desenvolvimento Urbano – Convênio Puc-Urbanismo. In. Mera, Adina. (1971) Pesquisa para o zoneamento da Guanabara *Revista de Administração Municipal* Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM n. 104, janeiro/fevereiro; 71-102.

*Paisagem urbana e forma da cidade* (Mera, 1966),<sup>7</sup> Mera aponta que a forma da cidade, fruto do crescimento vertiginoso registrado à época, é a expressão da sua legislação. Sobre essa forma, a autora diz que o urbanismo no País não se atém ao aspecto tridimensional da cidade, resultando em cidades feias e desconfortáveis. Defendendo a influência da estética na formação das cidades, ela propõe que os urbanistas estejam atentos aos problemas paisagísticos desde o princípio do planejamento urbano, preocupando-se com a criação do ambiente urbano e seu aspecto visual na legislação. O Plano Diretor deverá, assim, criar condições que permitam a expansão criativa dos arquitetos, de tal forma que os levem a pensar na cidade em seu conjunto. Por fim, a administração deverá preparar-se para dirigir o desenvolvimento paisagístico da cidade, e a população deverá ser educada quanto ao valor da paisagem.

Vale indicar que nesse artigo Mera (1966) dedica-se a discursar sobre o paisagismo e a forma tridimensional das cidades, refletindo sua própria experiência como paisagista (Freitas; Azevedo, 2011). A proximidade à categorização de Ferreira (1966, p. 27) está em seu método, no que concerne a sua sétima variável de organização do espaço físico, que “[...] corresponde à análise da composição construtiva dos elementos materiais que irão abrigar as atividades consideradas e moldar a terceira dimensão do espaço”. A isso acrescenta-se também a nona condição de desenvolvimento, condições de ambiente geral, que incluem itens como “expressividade construtiva”, “amenidade da paisagem” e “manutenção dos símbolos coletivos”. Esses aparecem em Ferreira (1966, p. 21) com relação ao alcance de seu segundo nível – o de conforto – e em Mera em prioridade, revelando pequena desarmonia entre os argumentos dos autores, já que Mera propõe que o aspecto tridimensional seja considerado desde o princípio dos estudos, e em paralelo aos demais (1966, p. 334).

É importante salientar a forma didática adotada por Adina Mera nesse artigo, assim como em *Diretrizes para o zoneamento* (1965). Trata-se do modo de apresentar dados e elencar proposições, característico da urbanista e ainda mais evidente nesses casos. Vê-se aqui uma aproximação com o método adotado pelo livro de Ferreira (1966) e, por consequência, pelos CEMUAMs e sua respectiva experiência na coordenação do curso. Baseado na ideologia do Movimento Economia e Humanismo, que possuía, como argumenta Lamparelli (1994), uma metodologia primordialmente pedagógica, visando, além de orientar ações específicas, a formar agentes responsáveis pelo desenvolvimento.

---

<sup>7</sup> Artigo apresentado no 1º Seminário de Paisagismo organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento de São Paulo (IAB/SP), em novembro de 1964.

No último dos artigos identificado nas RAMs, *Os arquitetos e a política urbana*, Mera (1976)<sup>8</sup> destaca muitos, senão a maioria dos aspectos abordados nos artigos anteriores. Esse artigo é resultante de um documento originário de proposta do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) por meio de seu Conselho Superior (COSU), do qual participa. O texto foi também apresentado pelo IAB/RJ como proposta dos arquitetos, no IX Congresso Brasileiro de Arquitetos, em defesa de uma política urbana, em São Paulo, em outubro de 1976.

Inicialmente o artigo aborda o crescimento acelerado do Brasil e suas consequências, que urge por uma política urbana bem delineada. Indica, no entanto, medidas de caráter emergencial, que não conseguem atender às prementes demandas locais. Segue argumentando que a realidade social do Brasil se caracteriza por acentuada desigualdade de renda, e a política urbana vigente estimula a especulação imobiliária. O planejamento urbano, não podendo mudar o panorama da especulação, tem apenas uma função técnico-passiva. Acrescenta-se a esse quadro a impossibilidade de atuação da população nas decisões orçamentárias, resultando na acentuação da concentração urbana e, por consequência, das carências habitacionais. Defende como imperativa uma política que legisle sobre o uso do solo e gerencie as ações setoriais das aglomerações metropolitanas. Além disso, destaca que constitui aspecto relevante no processo a orientação e a participação popular, tanto para melhor conhecimento dos problemas locais quanto para a eficácia das decisões de real interesse comunitário. Nas palavras da autora:

A orientação concreta a seguir no próprio processo de aplicação de uma política urbana não poderá ser buscada exclusivamente na técnica, nem mesmo na técnica urbanística. Subestimar a participação efetiva das populações interessadas no equacionamento dos problemas seria desconhecer a realidade urbana no que ela tem de mais vivo e a complexidade das contradições que ela manifesta (Mera, 1976, p. 59).

O artigo traz uma abordagem histórica das políticas urbanas brasileiras, indispensáveis em face ao crescimento vertiginoso das cidades do País, para justificar a necessidade de uma política bem delineada, eficaz, que depende de uma série de opções políticas, o que Ferreira também salienta em seu trabalho (1966, p. 17). Ambos os autores, entretanto, destacam que políticas nesse sentido ainda se encontram muito distantes da realidade social do País, traduzindo-se em ações pouco eficazes: “[...] a ação e as intenções governamentais revelam-se insuficientes para reduzir a gravidade da situação habitacional e

---

<sup>8</sup> O texto original foi produzido pelos arquitetos Demétrio Ribeiro (coordenador) do IAB/RS, Edgard Graeff do IAB/DF, Pedro Tadei Neto do IAB/SP, Antonio José Cunha Carvalho de Freitas do IAP/BA e, representando o IAB/RJ, a única não arquiteta, a urbanista Adina Mera, que encabeça a lista de assinantes, possivelmente definida por ordem alfabética.

não conseguem sequer desacelerar o processo de desestruturação das cidades” (Mera, 1976, p. 52).

Um significativo vínculo entre as ideias dos autores está no tocante à participação popular no processo de elaboração e aplicação de uma política urbana. Ferreira (1966) destaca a importância de que a comunidade em questão esteja consciente e participante de todo o processo de desenvolvimento, pois este deve ser entendido como um esforço coletivo e parte do esforço comunitário, no sentido do atendimento das necessidades de todos. Adina Mera vê essa participação como indispensável. Indica que a participação popular direta e ativa é elemento tanto mais indispensável no processo de elaboração e aplicação de uma política urbana. Em suas palavras, apenas “[...] a pressão da opinião pública, devidamente informada e organizada será capaz de assegurar o respaldo de um processo de reformulação ainda que parcial da nossa realidade urbana” (Mera, 1976, p. 59).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo pode, por meio do exame dos artigos publicados nas RAMs, demonstrar que os ideais de Adina Mera se encontram pulverizados ao longo dessas publicações. A análise confirmou que a sua aproximação com o Movimento Economia e Humanismo se faz presente em diversos momentos, na essência de suas ideias. É clara a recusa da urbanista a soluções simplificadas em termos econômicos, pois, até em seus escritos com temas mais específicos, Mera pontua a importância da interação de diversas outras esferas ou setores no processo de desenvolvimento – ou, nos termos do MEH, na elevação dos níveis de vida da população. Em seus artigos sobre habitação, Mera está convencida de que a integração social, os componentes técnicos, territoriais e jurídicos são tão fundamentais para se resolver o problema habitacional do Brasil quanto a destinação de recursos para a construção de casas. Indica que esta última por si só não é capaz de resolver um problema tão complexo.

O conhecimento claro das condições de vida do local a se intervir, de forma que o planejamento seja adequado àquela realidade, é imperativo nos artigos de Mera e um dos principais pontos da ideologia e respectivo método de trabalho do MEH. Notavelmente, como uma das etapas do CEMUAM, o método previa uma primeira observação da cidade para mapeamento de seus problemas, em ritmo lento, denominado Contato Global. Mera, prezava essa etapa, e recomendava e sempre utilizava em seus estudos um meio de transporte de velocidade reduzida, o que certamente intensificava o contato e o conhecimento do território. Pretendia assim um diálogo mais próximo e pedagógico com a população local.

Como já indicado, a metodologia defendida pelo MEH deve ser essencialmente pedagógica, com a clara intenção de formar agentes capazes de promover o desenvolvimento de forma global, e não apenas técnicos orientados a resolver um determinado problema. Isso é explícito na metodologia proposta por Ferreira e, por consequência, nos CEMUAMs. Esse método pedagógico, essencialmente formativo, é também marcante nas publicações de Mera. Por meio de dados, fatos, proposições, roteiros e posturas políticas, a urbanista concentra esforços na formação de profissionais capazes de intervir nas cidades com ampla visão dos problemas por elas apresentados.

Mera, em comunhão com os preceitos defendidos pelo MEH, enfatiza a fundamental importância do engajamento da população no processo de resolução dos problemas de uma localidade. Há nesse aspecto um grande esforço, tanto por Ferreira quanto por Mera, em elaborar uma metodologia clara e concisa. Essa metodologia, entretanto, segundo ambos, vai perder sua força sem a adesão popular.

## REFERÊNCIAS

- Angelo, Michelly Ramos de. (2010) *Les Développeurs*: Louis-Joseph Lebre et a SAGMACS na formação de um grupo de ação para o planejamento urbano no Brasil (Tese de Doutorado) Escola de Engenharia de São Carlos – Universidade de São Paulo: São Carlos.
- Ferreira, Francisco. Whitaker. (1966) *Condições de Vida e Planejamento Físico* Cadernos de Administração Pública nº 66, Fundação Getúlio Vargas – FGV: Rio de Janeiro.
- Freitas, José Francisco Bernardino e Azevedo, Marlice Nazareth Soares de. (2011) A Presença de Adina Mera na Formação de Urbanistas para a Prática Profissional nos Municípios Brasileiros *Anais do 15º Encontro Nacional da ANPUR* IPUR/UFRJ; ANPUR: Rio de Janeiro; 1-20.
- Lamparelli, C. M. (1994) Louis-Joseph Lebre et a pesquisa urbano-regional no Brasil: crônicas tardias ou história prematura. *Espaço & Debates* São Paulo, ano XIV, n. 37; 90-99.
- Mera, Adina. (1963) O planejamento da habitação *Revista de Administração Municipal* Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM n. 61, novembro/dezembro; 423-42.
- Mera, Adina. (1965) Diretrizes para o zoneamento. *Revista de Administração Municipal* Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM n. 69, março/abril; 95-100.

- Mera, Adina. (1966) Paisagem urbana e forma da cidade *Revista de Administração Municipal* Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM n. 78, setembro/outubro; 323-48.
- Mera, Adina. (1967) *Carta a Antônio Bezerra Baltar*. Texto datilografado corrigido e assinado por Adina Mera. Rio de Janeiro 13 de outubro de 1967. Acervo do Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM cedido ao autor: Rio de Janeiro; 1-7.
- Mera, Adina. (1971) Pesquisa para o zoneamento da Guanabara *Revista de Administração Municipal* Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM n. 104, janeiro/fevereiro; 71-102.
- Mera, Adina. (1975) Programas habitacionais de interesse social *Revista de Administração Municipal* Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM n. 128, janeiro/fevereiro; 59-67.
- Mera, Adina. et al. (1976) Instituto dos Arquitetos do Brasil, Os arquitetos e a política urbana. Trabalho apresentado pelo IAB/RJ ao IX Congresso Brasileiro de Arquitetos, São Paulo: 25-29 de outubro de 1976 *Revista de Administração Municipal* Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM n. 139, novembro/dezembro; 49-59.
- UNBA, Universidad Nacional de Buenos Aires (1945) Lorenza Adina Mera *Registro de calificaciones de exames* Livro de registro da Universidad Nacional de Buenos Aires; 63.

## ENTREVISTAS

- Fernandes, Almir. (2008) *Entrevista* realizada e gravada no Rio de Janeiro em 07 de fevereiro de 2008.
- Ferreira, Francisco Whitaker. (2013) *Entrevista* realizada e gravada em São Paulo em 17 de janeiro de 2013 com a participação de Azevedo, Marlice Nazareth Soares de.
- Freire, Henda da Rocha. (2008) *Entrevista* realizada e gravada no Rio de Janeiro em 01 de fevereiro de 2008 com a participação de Azevedo, Marlice Nazareth Soares de.
- Nicolaeff, Alex. (2008) *Entrevista* realizada e gravada no Rio de Janeiro em 06 de fevereiro de 2008.
- Schwab, Maria do Carmo. (2007) *Entrevista* realizada e gravada em Vitória em 19 de dezembro de 2007.